



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS

ANA CLARA MARQUES KONO DE OLIVEIRA

O NOVO CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO:

A improcedência da concessão de imunidade à fiscalização e anistia de multas por infrações cometidas contra o meio ambiente

Brasília,

Abril de 2015

ANA CLARA MARQUES KONO DE OLIVEIRA

O NOVO CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO:

**A improcedência da concessão de imunidade à fiscalização e anistia de multas
por infrações cometidas contra o meio ambiente.**

Pesquisa apresentada como um dos
requisitos para conclusão do curso de
Bacharelado em Direito do UniCEUB com
orientação do Professor René Marc da
Costa Silva

Aluno: Ana Clara M. Kono de Oliveira

RA: 21010830

Brasília,

Abril de 2015

ANA CLARA MARQUES KONO DE OLIVEIRA

O NOVO CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO:

**A improcedência da concessão de imunidade à fiscalização e anistia de multas
por infrações cometidas contra o meio ambiente.**

Pesquisa apresentada como um dos
requisitos para conclusão do curso de
Bacharelado em Direito do UniCEUB com
orientação do Professor René Marc da
Costa Silva

Brasília,

Abril de 2015

Banca Examinadora

Dedico este trabalho a minha mãe, que mesmo com todas as dificuldades e todos os problemas sempre esteve me apoiando em minhas decisões para a conclusão deste projeto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Julia, irmã e amiga, por estar sempre ao meu lado durante todo o tempo, ao meu pai, por me ensinar o dom da paciência e perseverança, a minha mãe, por todo o apoio e fé que depositou em mim para que eu conclui-se esta pesquisa acadêmica e a Deus.

**“Nenhum obstáculo é grande demais
quando confiamos em Deus.”**

Aristóteles

RESUMO

Marcada pela proposta de analisar as dificuldades na conciliação da proteção ambiental com a produtividade industrial e agrícola e também verificar se as inovações ocorridas no novo código florestal proporcionou a efetividade da preservação ecológica, o desenvolvimento do presente trabalho parte da ideia de evolução das normas que visam proteger o meio ambiente. A propósito, apresenta o seu conteúdo organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo, sobre As Mudanças no Novo Código Florestal, relaciona algumas mudanças importantes ocorridas com o advento da Lei Federal nº 12.651/12 e que prejudicaram o meio ambiente; o segundo aborda vários aspectos da Responsabilidade Civil Ambiental e o Dever de Indenizar, versando também sobre o dano ambiental e os institutos que o envolvem; o terceiro capítulo aborda o tema Meio Ambiente, Propriedade e Agronegócio, objetivando trazer à tona os problemas de compatibilização entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental; o quarto e último capítulo refere-se ao Novo Código Florestal e o Princípio de Retrocesso Ambiental, abrangendo os desafios para a manutenção de um princípio de reparação integral. Neste sentido, tem por escopo empreender discussão atinente a real eficiência do novo código florestal, sobretudo no que diz respeito a imunidade a fiscalização e a anistia de multas por infrações cometidas contra o meio ambiente.

Palavras-chaves: Direito Ambiental. Novo Código Florestal. Desenvolvimento Econômico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1.CAPÍTULO 1 – AS MUDANÇAS DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL.....	12
1.1 Exclusão de ambientes até então considerados áreas de preservação permanente.....	12
1.2 Flexibilização das normas de proteção ambiental.....	13
1.3 Mudança no novo Código com relação as áreas de preservação permanente em ambientes urbanos.....	15
1.4 Alterações quanto à reserva legal.....	16
1.5 Suspensão de Multas	18
2. CAPÍTULO 2 - RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL E O DEVER DE INDENIZAR.....	19
2.1. Danos ambientais e a reparação do dano.....	19
2.1.1. Formas de reparação	20
2.1.2. Da quantificação do dano	22
2.2. Responsabilidade Civil Ambiental	23
2.2.1 Responsabilidade Civil dos administradores de empresas.....	24
2.2.2 Responsabilidade dos ruralistas	25
2.2.3. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica (Disregard Doctrine).....	26
2.3. Excludentes da Responsabilidade Civil Ambiental.....	27
2.3.1. Legítima Defesa.....	28
2.3.2. O exercício regular de um direito ou ilicitude da atividade	28
2.3.3. O Estado de Necessidade	29
2.3.4. O fato de terceiro	29
2.3.5. Caso Fortuito ou de força maior	30
2.3.6. Cláusula de não indenização e renúncia à indenização	31
2.4. Compromisso de ajustamento de conduta.....	31

2.5. O novo código e os prejuízos ambientais pela diminuição da responsabilidade e imunidades a reparação.....	32
--	----

CAPÍTULO 3 - MEIO AMBIENTE, PROPRIEDADE E AGRONEGÓCIO34

3.1. Desenvolvimento do capitalismo	34
3.2. A atividade economica	36
3.3 Princípio da exigibilidade do estudo prévio de impacto ambiental	37
3.4 Princípio do desenvolvimento sustentável.....	38
3.5. Desenvolvimento economico e meio ambiente	38
3.6. Propriedade e Meio Ambiente.....	39
3.6.1. Relação entre principio da função social da propriedade e da proteção do meio ambiente na constituição de 1988.....	40
3.7. As áreas de preservação permanente e reservas legais e o problema da indenização das propriedades privadas: cabimento ou não da indenização ao proprietário	41
3.8. Os impactos economicos sociais gerados pela limitação ao financiamento no setor agropecuário pelas inobservâncias das questões ambientais	43

CAPÍTULO 4 - O NOVO CÓDIGO FLORESTAL E O PRÍNCÍPIO DE RETROCESSO AMBIENTAL: DESAFIOS PARA A MANUTENÇÃO DE UM PRÍNCÍPIO DE REPARAÇÃO INTEGRAL45

Conclusão	49
-----------------	----

3. REFERÊNCIAS51

INTRODUÇÃO

É evidente que o direito é um dos instrumentos sociais necessários ao ajuste da atividade econômica e à garantia do meio ambiente ecologicamente equilibrado. E, como qualquer instrumento, possui uma capacidade relativa e limitada.

O novo Código Florestal, aprovado pelo Senado Federal, priorizou a agricultura e o espírito produtivista em detrimento do meio ambiente, como pode-se perceber ao fazer um estudo mais aprofundado da Lei nº 12.651/12.

Nossos órgãos jurisdicionais, lamentavelmente, talvez por desconsiderarem conceitos básicos de Direito Administrativo, Ambiental e Constitucional, não tem interpretado apropriadamente a mensagem construída pelo constituinte quando insistem em conceder indenizações aos proprietários de áreas destinadas à preservação ambiental, ou a anular multas por infrações graves cometidas contra o meio ambiente

Através da percepção extraída do art. 186 da Constituição Federal, entende-se que a função social da propriedade somente é efetivada quando a propriedade rural respeita certos requisitos previstos em lei, fazendo parte destes, o aproveitamento racional, a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente.

A criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável também objetiva a conciliação entre a conservação da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos ecológicos.

A atividade agropecuária, sobretudo a que busca a subsistência das populações nativas e moradoras de espaços ambientais protegidos, desde que exercida de forma a respeitar e observar as técnicas de manejo adequadas, são impreterivelmente compatíveis com os objetivos dos institutos de preservação ambiental.

A questão ecológica é uma questão social, e a questão social só pode ser adequadamente trabalhada hoje quando toma conjuntamente a questão econômica e ecológica

Dessa forma, não há dúvidas, que a produção agrícola, conjuntamente com o direito de propriedade e o instituto da preservação ambiental possuem obrigações correlatas, não devendo haver a prevalência de um setor sobre o outro, e sim uma conciliação, de forma que ocorra a correta interpretação e concretização dos princípios da função social da propriedade, da dignidade da pessoa humana e da preservação ambiental.

Percebe-se portanto, que o Novo Código Ambiental deve ser reformado, objetivando ser mais igualitário na compatibilização entre a propriedade e o meio ambiente, sabendo que a anulação de uma dessas categorias em favor da outra não deve existir.

O presente estudo tem como principal objetivo analisar os diversos campos do Direito Ambiental, estudando as principais mudanças ocorridas com o advento do novo código florestal, o dever de indenizar por parte dos agressores ao meio ambiente, assim como a responsabilização civil pelos prejuízos ocasionados. Também busca analisar o dano ambiental e os desafios para que haja uma reparação integral tendo em vista o advento da nova Lei.

Ante o exposto, entendendo a importância conferida à sustentabilidade e a conservação do meio ambiente para uma saudável qualidade de vida dos cidadãos e da população atual e futura, dá-se início ao estudo aprimorado da Lei nº 12.651/12, com foco nas mudanças que foram prejudiciais ao meio ambiente.

CAPÍTULO 1 – AS MUDANÇAS DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL

Conforme será exposto ao longo desse trabalho, a modificação da legislação debilitou a proteção do meio ambiente, reduzindo o padrão de proteção ambiental proporcionado pela Lei Federal nº 4.771/65, o que contrariou as obrigações constitucionais impostas ao Poder Público para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

1.1.Exclusão de ambientes até então considerados áreas de preservação permanente

Primeiramente, houve a exclusão de ambientes até então considerados áreas de preservação permanente.

Cumpre ressaltar que essas áreas, são assim consideradas de acordo com o art.3º, inciso II do novo código florestal como:

Art. 3º: Para os efeitos desta Lei, entende-se por:
(...)

II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

São, sobretudo, locais vulneráveis, como beira de rios, topos de morros e encostas, que não podem ser desmatados. Com a vigência do novo Código Florestal, as acumulações naturais ou artificiais de água com superfície inferior a 1 hectare serão, dispensadas de possuírem faixa de preservação permanente em seu entorno, conforme art. 4º, §4º deste instrumento de Lei:

§ 4º: Nas acumulações naturais ou artificiais de água com superfície inferior a 1 (um) hectare, fica dispensada a reserva da faixa de proteção prevista nos incisos II e III do caput, vedada nova supressão de áreas de vegetação nativa, salvo autorização do órgão ambiental competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama.

Entretanto, a inclusão das acumulações naturais neste critério de dispensa de proteção, é preocupante uma vez que a grande maioria das lagoas naturais se encontram nesta ordem de grandeza e desempenham funções ambientais de extrema importância na recarga de nascentes e como fonte de alimento, abrigo e local de procriação para determinados grupos da fauna.

1.2. Flexibilização das normas de proteção ambiental

Houve também uma maior flexibilização de diversas normas de proteção ambiental se comparada ao antigo Código, no que diz respeito sobretudo, as áreas de preservação permanente.

Uma das normas que se tornaram menos rígida com a introdução do novo Código foi o art. 4º, inciso I, deste dispositivo legal, haja visto que ocorreu uma alteração do referencial para demarcação da faixa de preservação permanente às margens de qualquer curso d'água natural:

Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

- a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
- b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

Com essa alteração houve considerável redução de áreas que anteriormente eram protegidas às margens dos cursos hídricos, possibilitando, até mesmo que haja uma diminuição maior que a própria faixa. Isso porque a faixa ao longo dos mesmos é locada no que se entende ser o próprio corpo d'água, uma vez que o leito maior sazonal nada mais é do que o local onde as águas extravasam no período de cheias, correspondentes às planícies de inundação, também conhecidas como várzeas. As várzeas, situadas no leito maior sazonal, ficaram muito vulneráveis, pois, embora parte delas corresponda à APP, o restante ficou sem nenhum tipo de proteção.

Além disso, através desta alteração, houve a possibilidade de ocupação do leito maior de cursos d'água por atividades antrópicas e assentamentos humanos.

Outra norma que se tornou mais flexível com relação a proteção ambiental nesta nova Lei, foi a do inciso IX, do art. 4º, que é concernente a consideração de topos dos morros, montanhas, monte e serras como área de preservação permanente:

Art. 4º - Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

IX - no topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25°, as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo está definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação;

Dessa forma, percebe-se que nem todos os topos de morros, montes, montanhas e serras serão considerados áreas de preservação permanente, como eram considerados anteriormente na Lei 4.771 de 1965.

Essa mudança da norma causa prejuízos para o meio ambiente e para sociedade, haja visto que essas áreas são especialmente importantes para garantir a estabilidade das encostas, o que as torna excepcionalmente relevantes

para o bem estar da sociedade, sabendo que em épocas de chuva, ocorrem inúmeros desastres envolvendo deslizamentos de encostas.

A medida provisória nº 571/12 inseriu no novo Código, dispositivo (art. 61-A) que reduz a obrigatoriedade de recuperação das áreas de preservação permanente situadas em áreas rurais consubstanciadas até 22 de julho de 2008, conforme transcrito abaixo:

Art. 61-A - Nas Áreas de Preservação Permanente é autorizada, exclusivamente, a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008. (Incluído pela Medida Provisória nº 571, de 2012).

§ 1º - Para os imóveis rurais com área de até 1 (um) módulo fiscal que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em 5 (cinco) metros, contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d'água. (Incluído pela Medida Provisória nº 571, de 2012).

Como advento do novo Código, também passou a existir a distinção entre nascentes e olho d'água, que anteriormente eram considerados sinônimos. Desse modo, houve a permissão de interferência em áreas de preservação permanente ao redor de nascentes e olhos d'água intermitentes.

Esses casos abrangem limitações impostas à intervenção ou supressão em áreas de preservação de nascentes previstas na Resolução CONAMA nº 369/2006, tais como a vedação de intervenção em nascente por atividades de interesse social, a vedação de intervenção para a extração de rochas para uso direto na construção civil e o condicionamento da intervenção à outorga do uso da água.

1.3. Mudança no novo Código com relação as áreas de preservação permanente em ambientes urbanos

Extraí do inciso IX, alínea “c”, do art. 3º, da Lei Federal nº 12.651/12, cumulado com o art. 8º, “caput”, do mesmo diploma que agora, é permitido a implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre, nas áreas de preservação permanente localizadas em áreas urbanas e rurais consolidadas. Isso resultará em supressão de áreas de preservação para dar lugar, por exemplo, a estádios; clubes esportivos ou recreativos; escolas; fundações culturais; etc.

Embora por um lado esta mudança na legislação traga desenvolvimento cultural, educacional e muitos outros benefícios, por outro, percebe-se uma drástica redução da proteção ambiental, o que pode vir a prejudicar a natureza e consequentemente a sociedade.

Uma solução possível seria a criação de espaços alternativos para a criação de tais estruturas, de modo que não houvesse a perda e a destruição de áreas de preservação permanente. Entretanto, não há sequer a previsão da obrigatoriedade de inexistência de alternativa locacional para tais atividades, ocasionando um claro desamparo ao meio ambiente.

Além disso, é importante frisar que não se trata da regularização de infraestruturas já implantadas, mas da permissão para que novas se instalem.

1.4. Alterações quanto à reserva legal

A reserva legal é determinada área do imóvel rural, coberta por vegetação natural que deve ser manuseada de forma sustentável, nos limites estabelecidos em lei para o bioma em que a propriedade está localizada.

O atual Código Florestal define a **Reserva Legal** como:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:
(...)

III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos

processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;

Portanto, a reserva legal tem a função de assegurar o uso econômico dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

Alguns dispositivos da nova lei dispensaram certos empreendimentos de constituir reserva legal nas áreas adquiridas. Como pode se ver:

§ 6º Os empreendimentos de abastecimento público de água e tratamento de esgoto não estão sujeitos à constituição de Reserva Legal.

§ 7º Não será exigido Reserva Legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas por detentor de concessão, permissão ou autorização para exploração de potencial de energia hidráulica, nas quais funcionem empreendimentos de geração de energia elétrica, subestações ou sejam instaladas linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica.

§ 8º Não será exigido Reserva Legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas com o objetivo de implantação e ampliação de capacidade de rodovias e ferrovias.

Além disso, o advento da Lei Federal nº 12.651/12 inovou de forma negativa quando dispôs acerca da dispensa da averbação da área de Reserva Legal à margem da matrícula do imóvel, devendo apenas ter registro no órgão ambiental competente por meio de inscrição no Cadastro Ambiental Rural –CAR –conforme previsto no “caput” e no § 4º, do art. 18, da Lei Federal nº 12.651/12, in verbis:

“Art. 18. A área de Reserva Legal deverá ser registrada no órgão ambiental competente por meio de inscrição no CAR de que trata o art. 29, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento, com as exceções previstas nesta Lei. (...)”

§ 4º O registro da Reserva Legal no CAR desobriga a averbação no Cartório de Registro de Imóveis.”

Desse modo, a averbação no Registro de Imóveis se tornou facultativo, de modo que o novo dispositivo é claramente contrário a eficiência e a segurança jurídica que havia anteriormente, caso se mantivesse a necessidade de averbar a reserva.

1.5. Suspensão de multas

De acordo com o art. 59 e parágrafos seguintes, a partir da assinatura do termo de compromisso, os proprietários ou possuidores não poderão ser autuados por nenhuma sanção decorrente de infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, referentes a supressão irregular de vegetação em Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito e as multas serão consideradas como convertidas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Essa flexibilidade da nova lei promoveu uma redução drástica e generalizada da proteção legal de muitas áreas, o que resultou na dispensa de reflorestamento de pelo menos 29 milhões de hectares em todo País¹. Durante o processo de elaboração da lei, esse foi um dos mais polêmicos temas discutidos pela bancada ruralista.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) publicou, em agosto de 2014, uma instrução normativa para regulamentar essa anistia de multas por desmatamento ilegal.

A instrução especifica o procedimento necessário para suspender e anular as penalidades sobrepostas, antes de 22 de julho de 2008, contra quem desmatou a Reserva Legal (RL), Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de uso restrito.

¹ <http://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/governo-regulamenta-anistia-a-multas-por-desmatamento-ilegal-prevista-em-nova-lei-florestal>

Durante os debates para aprovação do novo código, os membros da Frente Parlamentar da Agropecuária alegavam que os produtores rurais que cultivaram nessas áreas não poderiam ser sancionados porque as utilizavam de boa-fé, ou seja, a lei não impedia o uso daquelas terras para fins produtivos. Pelo contrário, os órgãos governamentais incentivaram os agricultores a ocupá-las com atividades agrossilvipastoris. Portanto, ao atuarem desse modo, não deveriam ser considerados infratores, divergindo do posicionamento esperado pelos ambientalistas e ONGs brasileiras.

Entretanto, o desmatamento ilegal não pode ser justificado pela necessidade do Estado em aumentar a produção agropecuária, devendo este elaborar medidas sustentáveis dentro dos limites legais, buscando sempre a proteção ao meio ambiente.

CAPÍTULO 2 – RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL E O DEVER DE INDENIZAR

2.1. Danos ambientais e reparação do dano

O dano pode ser conceituado como a lesão de interesses juridicamente protegidos. Segundo Costa², dano é toda ofensa a bens ou interesses alheios protegidos pela ordem jurídica. Quando se fala em interesse, nessa concepção, está se referindo a posição de uma pessoa, grupo ou coletividade em relação ao bem suscetível de suprir-lhe uma necessidade. Já o bem, deve ser compreendido, em sentido amplo, como o meio de satisfação de uma necessidade.

Portanto, depreende-se que qualquer redução ou alteração de bem com o intuito de satisfazer um interesse, é abrangido pelo conceito de dano, e dessa forma as reparações devem ser integrais, sem limitação quanto à sua indenização.

O dano deve ser visto como pressuposto necessário da obrigação de reparar e, por conseguinte, elemento imprescindível para estabelecer a

² COSTA, Mário Júlio de Almeida. Direitos das obrigações. 6. Ed. Ver. Atual. Coimbra: Almedina. 1994. P. 496

responsabilidade civil³.

Quanto ao dano ambiental, este significa, em uma primeira acepção, uma alteração indesejável ao conjunto de elementos chamados meio ambiente, sendo assim, a lesão ao direito fundamental que todos têm de gozar e aproveitar do meio ambiente apropriado. Entretanto, o dano ambiental também pode englobar os efeitos que esta modificação gera na saúde das pessoas e em seus interesses.

A Lei Federal nº 6.938 de 1981, não definiu expressamente dano ambiental, tampouco a Lei nº 12.651 de 2012, apesar das mudanças nas leis ambientais.

De modo geral, o aparato legislativo brasileiro de controle ambiental pode ser considerado avançado, posto que já fazem parte dele instrumentos preventivos, como estudo prévio de impacto ambiental, auditoria ambiental, zoneamento ambiental e muitos outros. Contudo, mesmo com a adoção de um aparato legislativo moderno, o poder público brasileiro não tem sido eficaz e, muitas vezes, há omissão na implementação dos mesmos, e os danos ambientais proliferam assustadoramente, sem que haja uma visível limitação destes.

Dessa forma, somente os instrumentos da política legislativa ambiental elencados acima não são suficientes para que haja uma proteção ambiental totalmente eficaz, devendo ser utilizadas formas diversificadas com um sistema de reparação e responsabilização civil revitalizado, como o objetivo de inibir as ações e omissões nocivas ao meio ambiente.

A preservação ambiental e a restrição ao respectivo dano dependem de muitas ações conectadas, mas, acima de tudo, da consciência dos cidadãos e dos governantes.

2.1.1. Formas de reparação

A reparação ambiental pode ser entendida como o processo utilizado para recompor ecossistemas, tendo em vista as condições iniciais naturais,

³ CASILLO, João. Dano à pessoa e sua indenização. 2. Ed. São Paulo: Ed. RT, 1994. P. 50

as alterações registradas e os prognósticos resultantes do monitoramento e a recomposição como a restauração natural do ambiente, sem interferência do homem⁴.

Aguiar Dias⁵ assevera que o problema da reparação se considera satisfatoriamente resolvido quando se consegue adaptar à nova realidade àquela situação imaginária.

O meio ambiente lesado, na maioria das vezes, é insuscetível de retorno ao *statu quo ante* e, assim, há uma premente necessidade de conservação e manutenção deste. Dada a extrema dificuldade na completa restituição do bem lesado, a reparação ambiental é um sucedâneo, equiparando-se a um meio de compensar o prejuízo.

Apesar disso, a quase impossibilidade de recomposição do dano ambiental não redonda na irreparabilidade do mesmo. Concretamente, existem duas formas de ressarcimento do dano ambiental patrimonial no direito brasileiro: in natura ou indenizatória.

A reparação in natura, é a melhor forma de reparação, haja visto que se faz via recuperação ou recomposição do bem ambiental, ao lado da cessação das atividades nocivas. Neste caso, reparar o dano causado consiste em reintegrar ao estado anterior o bem que foi lesionado.

Segundo Sendim⁶, a principal opção da responsabilidade civil não é a justa compensação da vítima, mas a prevenção do dano ecológico e a reintegração dos bens ambientais lesados.

Contudo, a reintegração nem sempre é possível, ou quando possível, não se mostra suficiente para a reparação integral do dano. Nesse caso, surge a reparação indenizatória, onde o bem ambiental lesado deve ser substituído por outro funcionalmente equivalente ou aplicado a sanção monetária com o mesmo fim de restituição.

⁴ Glossário de Ecologia, publicação da Academia de Ciências do Estado de São Paulo.

⁵ Aguiar Dias, José de. Da responsabilidade Civil. 8. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987. V. 2. P.724

⁶ Sendim, José de Sozua Cunhal. Responsabilidade Civil por danos ecológicos: da reparação do dano através da restauração natural. Coimbra: Coimbra Editora, 1998. P. 215 e 262.

Trata-se da compensação ecológica, que de acordo com Mirra⁷, implica, pois, numa certa equivalência, dentro do possível, entre o que se perde com a degradação do ambiente e o que se obtém a título de reposição da qualidade ambiental.

Somente se deverá recorrer à fixação de uma indenização ou à realização de obras necessárias para a minimização das consequências provocadas, quando não for possível a reconstituição anterior.

2.1.2. Da quantificação do dano

A reparação pecuniária é a forma subsidiária de ressarcir o dano ambiental, e como vista anteriormente, tem o intuito de compensação ecológica. Segundo Aguiar Dias⁸, “não obstante seu caráter subsidiário, a indenização em dinheiro é a mais frequente, dadas as dificuldades postas, na prática, à reparação natural pelas circunstâncias e, notadamente, em face do dano, pela impossibilidade de restabelecer, a rigor, a situação anterior ao evento danoso.”

Entretanto, no que tange ao dano ambiental, as dificuldades quanto a reparação pecuniária são grandes fontes de debates, pois a conversão monetária para fins de cálculo indenizatório é na maioria dos casos, impossível. Porém como não pode haver lesão sem conseqüente indenização, fato este que pode agir como desestímulo com a finalidade de dissuadir o responsável da prática de novas degradações, cabe ao judiciário aplicar o direito nos casos concretos e utilizando-se de técnicas e métodos aceitáveis, que resultem ao menos em grau elevado de certeza.

De acordo com Sendim⁹, existe uma necessidade de se utilizar de esquemas metodológicos flexíveis apropriados a cada tipo de dano, bem como de avaliação sistemática dos bens ambientais que não acarretem custos demasiados elevados.

⁷ Mirra, Álvaro Luiz Valery. Ação civil pública e a reparação do dano ao meio ambiente. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002, p. 288

⁸ AGUIAR DIAS, José de. Da responsabilidade civil...cit., p. 724

⁹ SENDIM, José de Souza Cunhal. Responsabilidade civil...cit., p. 169-170

Segundo ele, os principais objetivos da avaliação econômica do bem ambiental são: a) a análise da proporcionalidade das medidas de restauração natural; b) a compensação dos usos humanos afetados durante o período de execução da restauração natural; e c) a compensação dos danos ecológicos quando a restauração se revele, de forma total ou parcial, impossível ou desproporcional.

É necessário também determinar a extensão e a gravidade do dano, procurando apurar a natureza e abrangência dos prejuízos sofridos pelo ecossistema atingido por meio de uma avaliação científica e metodológica.

Deve-se considerar também a existência de diversas situações, tais como aquelas em que ocorrem danos extrapatrimoniais ou morais ambientais, em que a atribuição de um valor econômico ao bem ambiental, como forma de compensar os danos e responsabilizar o agente degradador, é de suma importância para garantir a efetividade do sistema de responsabilização civil e a substituição ecológica.

2.2. Responsabilidade Civil Ambiental

A responsabilidade civil ambiental é espécie da responsabilidade extracontratual do Direito Civil, consubstanciada no dever de indenizar ou reparar a ser suportado por aquele que exerce atividade violadora do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme inscrito no art. 225, caput da Constituição Federal de 1988, ou cuja conduta tenha causado prejuízo ao meio ambiente ou à coletividade.

Os estudos sobre a responsabilização dos atos humanos tem como fundamento a garantia da vítima de ter a reparação integral dos prejuízos causados por terceiros. É parte do direito obrigacional, porque consiste do direito da vítima que sofre um prejuízo ser ressarcida, impondo-se ao causador do dano a obrigação de repará-lo.

Ferraz¹⁰, abordou a responsabilidade civil no dano ambiental afirmando ser a degradação do meio ambiente um problema supranacional, que

¹⁰ GIAMPIETRO, F. La Responsabilità per Danno all'ambiente. Milano: Giuffrè, 1988.

rompe fronteiras e aduz que o patrimônio ambiental não é *res nullius* (coisa de ninguém) como se pensava, mas sim *res ommium*, isto é, coisa de todos. E, portanto, a sua degradação deve induzir ao pagamento de indenização para toda sociedade.

A responsabilidade civil ambiental tem como pressupostos o dano e o nexo de causalidade. De acordo com José Rubens Morato Leite¹¹, o dano é pressuposto essencial e elemento fundamental da responsabilidade civil, visto que esta tem como objetivo a recuperação da situação jurídica anterior a ocorrência do dano, ou não sendo viável, a indenização.

O dano ambiental configura uma violação ao direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, inscrito no art. 225, caput, da Constituição Federal.

Art. 225 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Já o nexo de causalidade nada mais é do que o liame que conecta o autor da conduta ao dano, mas é o pressuposto da responsabilidade ambiental que gera maior discussão doutrinária e jurisprudencial.

Neste capítulo, será analisado a responsabilidade civil dos administradores de empresas e a responsabilidade dos ruralistas, tendo em vista que o novo Código Florestal suspendeu e extinguiu muitas das responsabilidades que outrora eram aplicadas aos proprietários e possuidores que cometiam infrações contra o meio ambiente.

2.2.1. Responsabilidade civil dos administradores de empresas

¹¹ LEITE, José Rubens Morato. Dano Ambiental: do Individual ao Coletivo Extrapatrimonial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

As empresas, assim como seus administradores possuem responsabilidade civil em relação aos danos causados ao meio ambiente. Uma vez apurado o dano ambiental e estipulada a forma de reparação, surge questões como: Poderá a empresa propor ação regressiva contra os administradores para que estes arquem com os prejuízos? Quais são os limites da extensão da responsabilidade para os donos e administradores das empresas?

De acordo com Lima¹², a solução para os problemas da administração civil dos administradores se encontra na educação. O princípio da liberdade de iniciativa e o estímulo à iniciativa privada são uma constante, e o mercado de capitais é um sistema apto a fortalecer e democratizar a empresa privada nacional, contribuindo significativamente para o desenvolvimento econômico.

Entretanto, o Estado deve fiscalizar discreta e firmemente as empresas, com o propósito de dar credibilidade e fazer justiça aos atos dos administradores que devem agir com alto padrão ético ambiental.

2.2.2. Responsabilidade dos ruralistas

A agricultura e a pecuária foram certamente a primeira forma de controle do ser humano em relação à natureza. Nos dias de hoje, a agropecuária utiliza-se de tecnologias avançadas e da biologia com o propósito primordial de aumento da produção. Porém na busca pela crescente produtividade, ocorre concomitantemente o aumento dos danos ecológicos, sobretudo devido a excessiva utilização de agrotóxicos, pesticidas, e introdução de novas espécies e inovações sem estudo prévio das consequências que poderão causar.

Através do Estatuto da Terra de 1964, a empresa rural foi conceituada como:

¹² LIMA, Osmar B. C. Responsabilidade Civil dos Administradores de Sociedade Anônima. Rio de Janeiro: Aide, 1989

Empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica racionalmente imóvel rural, dentro de condições de rendimento econômico da região em que se situe e explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias.

É importante salientar que, a teoria mais moderna do direito equipara o agricultor ao comerciante, entendendo que a visão de comerciante estendeu-se para a do empresário. Por este entendimento, o agricultor foi abarcado pelas normas a que todo comerciante se sujeita, passível de concordata preventiva, falência e responsabilidades empresariais, com exceção dos pequenos proprietários de terras, com produção caseira e sem fito econômico, o que não o impede, entretanto, de ser responsabilizado civil e penalmente caso provoque danos ao meio ambiente.

2.2.3. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica (Disregard doctrine)

Embora o direito tenha como principal função a pacificação social, diversas vezes é utilizado de modo contrário à sua função e aos princípios éticos que ensejaram a sua existência. Entretanto, constitui um claro abuso de direito, a utilização de uma faculdade jurídica, com a criação de um ente com personalidade jurídica com o objetivo de burlar o senso de justiça, mesmo estando de acordo com as normas jurídicas positivas.

O disregard doctrine surgiu com o propósito de combater os problemas entre o direito e a realidade, através da desconsideração dos efeitos naturais da pessoa jurídica em casos concretos, com o intuito de que não seja utilizada para simulações e fraudes, mediante atos abusivos, com a simples escusa de que não poderá haver responsabilização direta por se tratar de pessoa jurídica.

Portanto, o indivíduo que se utiliza de uma pessoa jurídica e causa prejuízos e danos ao meio ambiente, poderá responder diretamente pelos danos causados, através da ótica da desconsideração da personalidade jurídica.

2.3. Excludentes da Responsabilidade Civil Ambiental

Na responsabilidade civil subjetiva, adotada pelo Código Civil, há três pressupostos indispensáveis para que ocorra o dever de indenizar: o dano, o dolo ou a culpa e o nexo de causalidade. Já no direito ambiental, onde prevalece a responsabilidade civil objetiva, somente a ocorrência do binômio dano e nexo de causalidade já constitui o dever de reparar o dano.

Pela teoria clássica da subjetividade adotada pelo Código Civil de 1916, e também pelo de 2002, bem como pelos juristas, são excludentes da ilicitude e, conseqüentemente, da responsabilidade civil de reparar o dano, a legítima defesa, o exercício regular de direito ou licitude da atividade, o estado de necessidade, o fato de terceiro, caso fortuito ou de força maior e cláusula de não indenização.

Entretanto, a tendência do direito ambiental atua no sentido de não aceitar as clássicas excludentes de responsabilidade, embora o novo código florestal tenha atuado no sentido contrário.

Segundo Mancuso, “em tema de interesses difusos, o que conta é o dano produzido e a necessidade de uma integral reparação”¹³.

Pela adoção da teoria do risco integral e da precaução não se poderia falar em nenhum tipo de exclusão de responsabilidade ambiental. Contudo, não há forma absoluta de isenção, sem ter sido feita uma análise mais apurada, caso a caso.

2.3.1. Legítima Defesa

¹³ MANCUSO, R. de C. Ação Civil Pública. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989, p. 166.

Em certas ocasiões, o Estado permite que o particular utilize a força para impedir um agressão, um tanto pode ser contra a pessoa, física ou moral, quanto contra seus bens.

Analisando o Direito Ambiental, a legítima defesa, quando se está protegendo a integridade física de alguém, pode ser causa da exclusão de responsabilidade. A vida é o bem mais precioso que o direito deve proteger. Se por algum motivo qualquer, for necessário ocasionar danos a natureza no intuito de salvar a vida de alguém, não há que se falar em responsabilidade civil.

Entretanto, a legítima defesa de um bem material não exclui a responsabilidade civil. Aquele que sofre algum tipo de privação material não pode degradar o meio ambiente para simplesmente recuperar a sua posse. Isso porque o bem ambiental não tem dono específico, é de todos, impassível de apropriação. A propriedade tem que cumprir a sua função social e, se a defesa do meio ambiente não pode ser apenas imposta ao possuidor, mas a toda sociedade, não se pode, sob a justificativa de legítima defesa da posse, prejudicar o meio ambiente. É a aplicação do princípio da supremacia do interesse público e da indisponibilidade do bem ambiental

2.3.2. O exercício regular de um direito ou licitude da atividade

No direito ambiental, convém analisar o prejuízo, não importando se a atividade é lícita ou se está autorizada pelo Poder Público. Não pode o Poder Público emitir salvo conduto para a livre poluição, porque ao Poder Público não compete a disposição do bem ambiental.

O bem ambiental é indisponível, até mesmo para o Estado. Portanto, não compete a ele, nem a ninguém, credenciar a poluição. Mais uma vez, impera o princípio da supremacia do interesse público e da indisponibilidade do bem ambiental.

De acordo com Milaré¹⁴, a outorga de autorização, licença ou permissão pelo Poder Público, ainda que perfeitamente de acordo com a legislação em vigência, apenas trará para este, de forma solidária, a obrigação de indenizar.

2.3.3. O Estado de Necessidade

A teoria objetiva, adotada pelo direito ambiental, implica, à primeira vista, que o estado de necessidade não é excludente da responsabilidade civil. Se a obrigação de reparar um dano ambiental advém simplesmente de um ato humano, seja este ato ação ou omissão, não haveria que se falar nos motivos que determinaram a realização desse ato, por serem completamente desnecessários a sua análise.

Pela teoria do risco integral o dever de reparar independe da análise da subjetividade do agente e, sobretudo, é fundamentado pelo só fato de existir a atividade da qual adveio o prejuízo (MILARÉ, É. 2001, p. 434).

Entretanto, há a possibilidade de sacrificar um bem ambiental para impedir que ocorra uma catástrofe, se não houver outro meio que possa evitar este mal maior.

Contudo, não é absoluta a exclusão da responsabilidade no estado de necessidade. Tem-se de verificar se as circunstâncias tornaram o ato absolutamente necessário e se não se excederam os limites do indispensável para a remoção do perigo.

2.3.4. O fato de terceiro

Nesse caso, para que haja a exclusão da responsabilidade civil, deve-se analisar quem é o terceiro causador do dano e qual foi a sua participação na realização do dano ambiental.

Como se sabe, a responsabilidade civil ambiental é objetiva, independentemente de culpa. Entretanto, nos casos de ação de terceiros, em que ocorre

¹⁴ MILARÉ, É. Direito do Ambiente. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 433.

o ato danoso junto com a intenção de provocar o dano, a responsabilidade civil recai sobre o terceiro que produziu o ato.

É importante ressaltar que somente a culpa do terceiro não evita a responsabilidade da empresa que, neste caso, é responsável pela reparação do dano. O mesmo acontece quando o terceiro está vinculado à empresa ou a algum de seus responsáveis, como por exemplo, o representante, auxiliares, empregados ou comitentes, substitutos ou que estejam sob vigilância, como filhos, alunos e hóspedes.

2.3.5. Caso Fortuito ou de força maior

Entende-se por caso fortuito os fatos provocados pela natureza, como o raio, o trovão, o maremoto, as inundações, enchentes, para as quais não haveria a menor possibilidade de previsão de sua ocorrência ou de suas consequências.

Força maior são os atos praticados pelo ser humano, também não previstos, ou pela sua execução ou pela sua consequência, como as revoluções, o furto ou assalto, os atos terroristas e de guerra.

O código civil de 1916, no artigo 1.058, determina que o “devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito, ou de força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado”. O código de 2002, no artigo 393 normatiza que o “devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado”.

Pode-se utilizar a teoria do caso fortuito e da força maior, de modo a eximir da responsabilidade civil, em casos muito específicos e excepcionais, no qual não há como fazer uma previsão de determinados acontecimentos da natureza.

O caso fortuito e a força maior só podem ser alegados se o dano causado não foi proveniente da própria atividade exercida pela empresa, caso contrário, a empresa deve arcar com a reparação dos danos ambientais.

É preciso analisar cuidadosamente cada caso em particular ao fazer a verificação do que vem a ser fato inesperado e inevitável.

2.3.6. Cláusula de não indenização e renúncia à indenização

As obrigações civis podem advir de uma convenção entre as partes ou através da lei. Quando ocorre pela manifestação livre da vontade de duas ou mais pessoas, para um fim específico que resulta em um contrato, seja oral, escrito, formal ou informal, diz que há um negócio jurídico e as obrigações são chamadas de contratuais ou negociais.

O bem jurídico tutelado pelo direito ambiental, sendo o meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, é indisponível, fundamental ao ser humano e, conseqüentemente, sequer pode ser fruto da apropriação de quem quer que seja, nem mesmo do Poder Público. É um direito indisponível, volta-se a repetir.

Não compete a ninguém dispor do meio ambiente. Não se pode, de forma alguma, pactuar com a não indenização, no caso do dano ambiental. Conseqüentemente, qualquer Termo de Conduta, acordo ou contrato em que haja a cláusula de não indenização, no caso de dano ambiental, fica absolutamente anulada, não podendo produzir o fim jurídico desejado pelas partes contratantes.

2.4. Compromisso de ajustamento de condutas

O compromisso de ajustamento de conduta, instrumento peculiar do Estado moderno, pode ser conceituado como o ato jurídico pelo qual a pessoa (física ou jurídica) assume o compromisso de eliminar a ofensa que causou a um bem difuso ou coletivo.

Conforme preceitua Isabella Franco Guerra¹⁵, o compromisso de ajustamento é um meio através do qual há um acordo onde uma parte se compromete a ajustar sua conduta conforme as exigências legais.

Tal instrumento encontra-se disposto no art. 5º, § 6º, da LACP: “Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de

¹⁵ GUERRA, Isabella Franco. Ação civil pública e meio ambiente. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial”.

Marino Pazzaglini Filho, se refere à transação e ao compromisso de ajustamento extrajudicial como um importante instrumento de que dispõe o Ministério Público para, com celeridade, prevenir ou reparar o dano a interesse difuso ou coletivo, evitando a procrastinação da solução, que, muitas vezes, conduz ao agravamento ou à impossibilidade de correção do fato lesivo”¹⁶

Portanto, o compromisso de ajustamento e conduta, em matéria ambiental, objetiva não só a recuperação do meio ambiente degradado, por meio de obrigações e condicionantes técnicas que deverão ser cumpridas pelo agente que praticou o dano, de modo a cessar, corrigir, recompor, adaptar os efeitos negativos sobre o meio ambiente, como também prevenir uma possível ocorrência do dano.

2.5. O novo código e os prejuízos ambientais pela diminuição da responsabilidade ou imunidades a reparação

Conforme mencionado anteriormente, o novo código florestal, em seu artigo 59, dispôs que a inscrição do imóvel rural no CAR (cadastro ambiental rural) é condição obrigatória para adesão ao PRA (programa de regularização ambiental), e com base nessa adesão, o órgão competente integrante do Sisnama, convocará o proprietário ou possuidor para assinar termo de compromisso extrajudicial.

Durante o período em que o proprietário estiver cumprindo o termo de compromisso, ele não poderá ser autuado por infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, relativas a supressão irregular de vegetação em Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito.

Portanto, de acordo com o art. 59, § 5º, a partir da assinatura do termo de compromisso, serão suspensas as sanções decorrentes destas infrações mencionadas e as multas que deveriam ser pagas após a data referida, serão consideradas como convertidas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente

¹⁶ Inquérito Civil, *Caderno de Doutrina e Jurisprudência*, São Paulo. APMP, 1995, p. 29.

É perceptível a redução da proteção ambiental ao analisar este dispositivo presente no novo Código Florestal ao sustar as sanções decorrentes de graves degradações ambientais e ao converter as multas em sanções mais simples.

O art. 60 do novo código, também prejudicou a proteção ecológica ao dispor que a assinatura de termo de compromisso para regularização de imóvel ou posse rural perante o órgão ambiental competente, suspenderá a punibilidade dos crimes previstos nos arts. 38, 39 e 48 da Lei nº9.605, de 12 de fevereiro de 1998, enquanto o termo estiver sendo cumprido.

Tal dispositivo se configura como uma grave afronta ao meio ambiente, sabendo que a suspensão da punibilidade destes crimes caracteriza um retrocesso no padrão de qualidade ambiental que é desejada para o país.

Os crimes que terão a punibilidade suspensa são de elevado nível de prejudicialidade ao meio ambiente, quais sejam: Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção (art.38); Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente (art. 39); e Impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação (art. 48).

A nova lei, portanto, reduz a proteção ambiental, em benefício de setores produtivos, notadamente o setor agrícola, com a anistia das infrações ambientais cometidas e a garantia de continuidade das atividades desenvolvidas nas áreas protegidas até que a União e os estados elaborem um improvável Plano de Recuperação Ambiental.

Um dos principais argumentos para a alteração do Código vigente reside no fato de que ele não é cumprido integralmente, levando à clandestinidade atividades econômicas praticadas por diferentes setores produtivos. Mas, segundo o texto, não consta como fator motivador de reforma política o fato dessas atividades não serem cumpridas por ineficiência do Estado. Não é porque uma lei não é cumprida, que se deva alterá-la. Essa lógica é perversa e, no presente caso, só traz prejuízos à proteção ambiental.

CAPÍTULO 3 – MEIO AMBIENTE, PROPRIEDADE E AGRONEGÓCIO

3.1. O desenvolvimento do capitalismo

Ocorreram diversas transformações políticas na sociedade desde a formação das aglomerações humanas, havendo, historicamente, sempre a subordinação de determinada classe social sobre as outras, gerando diversas desigualdades. Conjuntamente, o uso inadequado de recursos naturais foi gradativamente aumentando.

Os recursos naturais sempre foram considerados como propriedade privada da parcela mais rica da sociedade, gerando danos ambientais de grandes proporções com efeitos diretos sobre a saúde e qualidade de vida da própria raça humana.

Com o ápice do capitalismo, houve um crescimento acelerado do desequilíbrio na relação com o meio ambiente, através do processo de evolução industrial, com a burguesia, como classe dominante, utilizando irracionalmente os recursos naturais na busca de ampliar seus bens e riquezas, tendo como impulso, principalmente, a exploração da classe trabalhadora. Antes mesmo do século XVIII, o capitalismo já começava a evidenciar o seu poder, mas foi com a Revolução Industrial na Inglaterra que ocorreu o agravamento da relação entre o capitalismo e o meio ambiente¹⁷.

Em virtude dos múltiplos impactos destrutivos ocorridos ao cenário ecológico, essa dualidade no que se denomina evolução se choca com a realidade de destruição do meio ambiente.

O desenvolvimento capitalista se deu durante anos e anos sem que houvesse controle ambiental pela inexistência ou ineficácia de órgãos responsáveis por tal controle e falta de uma consciência socioambiental por parte dos segmentos da sociedade, levando a degradação dos recursos naturais e poluição do solo, ar e recursos hídricos.

¹⁷ LIMA, Gilberto Barros. Portal Mundo RI. Blumenau. 2010

Esta situação permaneceu inalterada até a eclosão dos debates sobre a temática ambiental em diversas esferas internacionais e nacionais, fazendo serem aprovadas legislações mais rigorosas de controle ambiental e os órgãos públicos ampliarem sua atuação, mesmo com o permanente risco de interferência política nas decisões a serem tomadas.

No início do século XX, a realidade emergencial para a preservação do meio ambiente teve o encargo de evidenciar ao homem que os recursos naturais não eram inesgotáveis. Entretanto, essa verdade persiste em ser desprezada pela economia capitalista, que ainda utiliza apenas sua artimanha de adicionar riqueza aos países desenvolvidos.

Mesmo com as divergências de opiniões entre os defensores do capitalismo, não se pode negar os malefícios que este sistema provocou e vem provocando em diversos aspectos, incluindo nas questões ambientais, visto a demanda de agressões ambientais do passado e que continuam na atualidade, tornando inconsistente o discurso atual de uso racional dos recursos naturais e da realização de ações sustentáveis por parte das indústrias, empresas, shoppings e lojas em geral.

Cabe, portanto, uma reflexão entre todos os entes da sociedade acerca de que contribuições podem ser dadas para que seja alcançada uma real sustentabilidade nas relações dos seres humanos entre si e na interação com a natureza, promovendo a exploração de áreas ou o uso de recursos planetários de forma a prejudicar o menos possível o equilíbrio entre o meio ambiente e as comunidades humanas e toda a biosfera que dele dependem para existir.

Dessa forma, deve-se superar as armadilhas montadas pelo sistema capitalista, para que tal questão não passe de retórica sem efeito prático, através da exploração e a extração de recursos com mais eficiência e com a garantia da possibilidade de recuperação das áreas degradadas.

E, neste sentido, há um longo caminho a ser percorrido, que passa na conscientização da população na busca de soluções para os problemas existentes, através do fortalecimento dos canais de organização, participação popular e controle social, criando mecanismos voltados para que o tema ambiental faça parte da agenda dos segmentos da sociedade de forma lúcida e transparente e contribua com o processo de luta da classe trabalhadora contra as mazelas impostas pelo capitalismo.

É importante ressaltar que não basta apenas responsabilizarmos o Capitalismo pela degradação ambiental, ou até mesmo o Socialismo, haja visto que ambos cometeram atentados contra a natureza. Ambos os sistemas, com suas desumanas políticas geraram a destruição de ecossistemas, exploração excessiva dos recursos naturais, geração de resíduos de toda a espécie, descarte de matérias nos esgotos e também pela massiva emissão de gases poluentes, deteriorando o meio ambiente.

Portanto, foi extremamente importante a introdução do desenvolvimento sustentável para que pudesse haver a manutenção dos recursos naturais. A partir dessa mudança de comportamento, o homem, além de amparar a sociedade, também se opõe ao regresso e atitude predatória utilizada por tantos anos.

3.2. A atividade econômica

Os princípios da ordem econômica constituem o vínculo entre a proteção legal do meio ambiente e qualquer espécie de administração ambiental adotada pela iniciativa privada.

A Economia, assim como toda Ciência Social e seus institutos, se adapta a realidade do momento, sempre renovando seus conceitos e instrumentos, e no entanto, mantendo a sua essência e funcionabilidade.

De modo bem abrangente, pode se dizer que é um ramo do conhecimento destinado a tratar da função de produção e distribuição. Marshall definiu: “A Economia é a ciência que examina a parte da atividade individual e social

essencialmente consagrada para atingir e a utilizar as condições materiais do bem-estar”.

A política econômica trabalha necessariamente com a coordenação da atividade de mercado, com a concorrência, com a prestação de serviços do Estado. Ela abrange também questões de caráter ambiental, tais como: reaproveitamento de lixo, exigências de equipamento industrial para uma produção limpa, aproveitamento de recursos naturais, o quanto de reserva natural é desejável e qual seu regime social.

São indissociáveis os fundamentos econômicos de uma política ambiental consequente e exequível. E uma política econômica consequente não ignora a necessidade de uma política de proteção dos recursos naturais. Para isto, a economia deve voltar aos seus pressupostos sociais e abandonar qualquer pretensão por uma ciência exata. Pois, o que está em jogo não é só a otimização do uso privado de recursos, mas as “externalidades” decorrentes e o modo de como esses recursos são apropriados.

É edificante que a economia busque o bem estar do homem, atendendo a diversos tipos de necessidades. Porém, hoje impera um grande desafio que é o de atribuir valor monetário ao bem ambiental, garantindo-lhe o papel de bem econômico.

3.3. Princípio da exigibilidade do estudo prévio de impacto ambiental

O novo Código Florestal, ao abrandar as penalidades dos infratores, favoreceu a ocorrência de certas atitudes danosas ao meio ambiente, tal como o provável aumento dos casos de dispensa do estudo prévio de impacto ambiental, que é considerado um princípio do Direito Ambiental, que portanto deve ser respeitado e exigido de todos.

O Estudo de Impacto Ambiental é um importante instrumento de planejamento e controle ambiental, cujo objetivo é prever e prevenir o dano antes que ele aconteça. Qualquer obra que possa causar significativa degradação ambiental deverá, antes de se iniciar, elaborar este estudo, que de forma resumida, é um estudo técnico das possíveis alterações nas complexas características

biofísicas e socioeconômicas do meio ambiente, evitando-se a degradação ambiental e proporcionando o desenvolvimento cada vez mais sustentável.

É corolário do princípio da prevenção, buscando evitar que um projeto (obra ou atividade), justificável sobre o prisma econômico ou em relação aos interesses imediatos de seu proponente, revele-se posteriormente nefasto ou catastrófico para o meio ambiente. Como quer a Lei Maior, o estudo de impacto ambiental é pressuposto da concessão de licença para o empreendedor.

3.4. Princípio do desenvolvimento sustentável

Para que haja produção e desenvolvimento, é necessário a utilização dos bens ambientais através da extração, e a posterior transformação destes em bens de produção e sua modificação ao gosto do consumo.

É essencial que haja o desenvolvimento das indústrias e do comércio coligado à proteção ao meio ambiente. Para isso, a tecnologia já dispõe de recursos para a produção de bens que não agredam tanto o meio ambiente.

A comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO/92 – definiu o desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”¹⁸.

Este princípio está intimamente relacionado com a preservação dos recursos naturais para as futuras gerações, e está previsto na Constituição Federal, quando esta dispõe que se impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput). Dessa forma, tudo que puder seriamente ocasionar o esgotamento dos bens ambientais em prejuízo da atual ou da futura geração é inconstitucional.

3.5. Desenvolvimento econômico e meio ambiente

Um dos maiores desafios na elaboração das leis ambientais consiste em buscar o equilíbrio entre o desejado desenvolvimento econômico e a

¹⁸ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1997

preservação da sadia qualidade de vida.

A preservação do meio ambiente leva atualmente todas as sociedades do planeta a uma drástica mudança das grandes referências que marcaram os modelos de desenvolvimento econômico. A degradação ambiental e o quase esgotamento dos recursos naturais exigem uma mudança das políticas globais e o estabelecimento de um novo paradigma tecnológico e econômico.

Através do conflito entre desenvolvimento e preservação ambiental, foi criado o conceito de desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento, mundialmente aceito desde 1972.

Para Pereira de Souza, a conscientização ambiental exige uma nova postura do jurista, que, no seu campo específico, se alia ao cientista na elaboração agora não apenas de uma sociedade mais justa – missão principal para ele até aqui -, mas de um planeta habitável, [...] Para viabilizar o crescimento sustentável, de acordo com as exigências da natureza, é necessário garantir um vínculo entre as políticas ambiental e econômica em todos os níveis de governo e em todos os setores da economia. A harmonização da expansão com a proteção ambiental exige o reconhecimento de que há benefícios ambientais para o crescimento quando há benefícios econômicos fluindo de sistemas ecológicos saudáveis¹⁹.

Apesar de ser um enorme desafio para a raça humana, é possível se obter um desenvolvimento sustentável. Por esse motivo, a nossa Carta Magna cuidou em optar por um modelo de desenvolvimento sustentável. Com efeito, a inserção do meio ambiente como princípio da ordem econômica, como se pode observar no art. 170 da CF/88, significa a opção por este modelo, pretendendo conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação dos recursos ambientais. Percebe-se, pois, que o comando constitucional tem o sentido de exigir a conciliação de dois valores fundamentais conflitantes: desenvolvimento e preservação do meio ambiente.

3.6. Propriedade versus Meio Ambiente

¹⁹ SOUZA, Paulo Roberto Pereira de. O direito brasileiro, a prevenção de passivo ambiental e seus efeitos no Mercosul. **Revista Teia Jurídica**. Disponível em: <http://www.teiajuridica.com/m/meiambie.htm>. P.5

Estabelecido que o direito de propriedade e o direito ao meio ambiente sadio são direitos fundamentais, ambos assegurados constitucionalmente, qualquer tentativa de resolução de conflito entre eles passará, obrigatoriamente, pelo intrincado problema da colisão entre direitos fundamentais.

O meio ambiente, embora seja classificado como direito de terceira geração, não se subordina ao direito de propriedade, da segunda geração, isso porque o entendimento predominante na doutrina é no sentido de compreender as categorias de direitos fundamentais num mesmo nível de igualdade e dignidade, formando um todo harmônico.

3.6.1. Relação entre princípios da função social da propriedade e da proteção do meio ambiente na Constituição de 1988

O direito de propriedade, nos regimes constitucionais modernos e democráticos, tem sempre um conteúdo social, que se expressa através da função social da propriedade, gerida no conceito incontestável de que a propriedade não pode ser usada em detrimento da sociedade.

Segundo Benjamin, numa perspectiva mais moderna, principalmente a partir do reconhecimento da sua função social, ao direito de propriedade agregou-se outros limites. Bem mais recentemente, as Constituições trouxeram para seu corpo a previsão expressa da proteção do ambiente, como um desses pressupostos para o reconhecimento do direito de propriedade válido²⁰.

A constituição federal contempla dois princípios distintos, da função social e da proteção do meio ambiente, cada um de forma especial. Há um tratamento peculiar ao princípio da função social, fazendo referência ao mesmo em diversos preceitos. Estabeleceu, de forma bastante louvável, o uso da propriedade privada atrelada a uma função social, cuja peculiaridade mais importante é o atendimento simultâneo ao interesse coletivo e à preservação ecológica.

O princípio da função social exerce um papel essencial na conciliação do direito de propriedade e do direito à proteção ambiental. A

²⁰ BENJAMIN, Antônio Herman. Direito de propriedade e meio ambiente. In: Conferência Nacional dos Advogados, 16., 1996. Anais...Fortaleza: OAB, Conselho Federal, 1996. p.8.

Constituição Federal brasileira explicita essa relação quando trata da propriedade rural, ao estabelecer que a função social é eficiente se há proteção ao meio ambiente. Os dois princípios em questão (função social e preservação ecológica) são autônomos, mas profundamente interligados.

Ainda segundo Benjamin, “a proteção do meio ambiente está na gênese do direito de propriedade. É indubitável a relação entre a tutela ambiental e o direito de propriedade. [...] De fato, direito de propriedade e meio ambiente são interligados, como que faces de uma mesma moeda [...] Qualquer tutela ambiental implica sempre interferência no direito de propriedade²¹.

O meio ambiente é bem de uso comum do povo e prevalece sobre qualquer direito individual de propriedade, não podendo ser afastado até mesmo quando se deparar com exigências de desenvolvimento econômico (salvo quando ecologicamente sustentável)²².

É importante frisar que há uma união indissolúvel entre o direito de propriedade e a proteção ambiental, sendo este último pressuposto para o reconhecimento do primeiro. Nesse sentido, é necessário, para a correta interpretação e concretização dos princípios da função social da propriedade, da dignidade da pessoa humana e da preservação ambiental, efetuar-se uma interpretação pluralizada.

Por fim, num eventual conflito entre estes dois princípios, é imprescindível lançar-se mão da Teoria dos Princípios com o intuito de se obter a harmonização desejável, a partir da ponderação dos valores envolvidos.

3.7.As Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais e o problema da indenização das propriedades privadas: Cabimento ou não da indenização ao proprietário

Em regra, a obrigação de proteger o meio ambiente não viola o

²¹ BENJAMIN, Antônio Herman. Direito de Propriedade e meio ambiente, 1996

²² LÔBO, Paulo Luiz Netto. Constitucionalização do direito civil. **Direitos & Deveres**. Maceió, ano 2, n. 3, 1998. p. 104-105

direito de propriedade gerando a desapropriação, isso porque, exceto quando se impede, por inteiro, o uso da propriedade, o resguardo do meio ambiente nada retira do proprietário privado de que antes ele fosse detentor, sendo incorreto falar, pois, em ofensa a direitos quando a criação de áreas de preservação ambiental é essencial à sobrevivência humana e ao cumprimento da função socioambiental, requisitos para que o direito de propriedade seja reconhecido.

As áreas de Preservação Permanente e as Reservas Florestais Legais, por não atingirem todo o imóvel do proprietário privado, geralmente possibilitam sua exploração econômica, daí o motivo de não haver indenização aos proprietários. Só quando diz respeito a outros espaços territoriais especialmente protegidos que, conforme sua configuração, venham a atingir todo o imóvel, impossibilitando, de modo integral, qualquer forma de exploração econômica, é que o Poder Público será obrigado a indenizar o proprietário.

Em regra, o Poder Público não tem de indenizar pela instituição de áreas de preservação permanente e reservas florestais legais. É que tais espaços protegidos fazem parte da configuração intrínseca do direito de propriedade. São áreas que, por caracterizarem o aspecto ambiental da função social da propriedade, não podem ser consideradas isoladamente destacadas da propriedade em si.

De acordo com Paccagnella²³, a preservação da qualidade ecológica da propriedade rural, conforme a Constituição, é requisito da existência do direito de propriedade, conferido pelo legislador. Logo, a definição de espaços territoriais protegidos, impostos em caráter geral a todos proprietários, não constitui restrição ou intervenção no direito de propriedade, mas sim condição para o reconhecimento jurídico deste último.

Afirma-se que o direito de propriedade imobiliária rural, é o direito de propriedade com certas características peculiares relativas à proteção do meio ambiente. Bessa²⁴ afirma que na realidade existem limitações ao direito de propriedade. O que existe é que o direito de propriedade somente tem existência dentro de um determinado contexto constitucional e somente é exercido no interior

²³ PACCAGNELLA, Luís Henrique. Função social-ambiental da propriedade rural e áreas de preservação permanente e reserva florestal legal. **Revista de Direito Ambiental**. São Paulo, ano 2, n. 8, out./dez. 1997, p. 15

²⁴ ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998. P. 390-391

deste mesmo contexto. A função social da propriedade, tal como expressa na própria constituição, não possui conteúdo concreto. A função social, na hipótese florestal, é inteiramente diferente da função social exercida pela propriedade imobiliária urbana, por exemplo.

Analisando desse modo, entende-se que tanto as áreas de preservação permanente legais, como as de reserva florestal legal são limites internos ao direito de propriedade e, por isso, regra geral, não são indenizáveis. Basta a simples ocorrência da hipótese de incidência da norma para que tais espaços venham a ser protegidos por lei. Por não serem espaços definidos como limitações administrativas, e sim, por constituírem o próprio direito de propriedade, só estão sujeitas a indenização caso comprovem que a sua instituição inviabilizará completamente a exploração econômica do imóvel.

3.8.Os impactos econômicos e sociais gerados pela limitação ao financiamento no setor agropecuário por inobservância das questões ambientais

Ninguém pode alegar desconhecimento da lei ao fazer algo errado do ponto de vista jurídico. Mas, nos espaços longínquos, como a região da Amazônia Legal, com seus mais de 22 milhões de brasileiros, sem, muitas vezes, acesso à internet, às informações e à comunicação, é um pouco mais difícil aplicarmos aquilo que apenas e tão somente a lei exige e impõe. Esse esforço, no entanto, não tem sido deixado de lado. O Estado reconhece a necessidade de fazer adequações e, por isso, está atento a essa falta de informação do produtor.

A produção agropecuária dá mostras de que pode ser sustentável. A Associação dos Profissionais de Pecuária Sustentável (APPS), tem a preocupação de proteger a água, principalmente as nascentes. A agricultura faz uso cada vez mais intensivo de água, sendo 70% de seu uso destinado à irrigação agrícola. E, hoje, a reserva legal não é só para o produtor preservar a madeira, mas, sim, tem sido interpretada como reserva de biodiversidade. Essa reserva gera uma série de funções ecossistêmicas que interfere diretamente na produção. A agricultura tem se beneficiado dessa biodiversidade para aumentar a produção, como no caso do plantio direto.

O ganho do plantio direto vem do aumento da biodiversidade do solo, além de conservá-lo por conta da palha deixada sobre a superfície. Contudo, a produção de alta tecnologia tende a reduzir a biodiversidade e a homogeneizar ambientes. Mas ambientes homogêneos viram desertos. Na região semi-árida do Deserto do Saara, por exemplo, há poucas espécies e nenhuma produção.

Na ideia de biodiversidade do chamado agroecossistema, não existe uma dissociação, e sim uma conjunção do meio ambiente com a produção, situação em que um elemento depende do outro. Ocorre que a fonte inicial primária de biomassa -, que em geral, diz respeito a produção agrícola -, é a energia solar, a capacidade de fotossíntese. Aliás, algumas espécies possuem uma maior capacidade de absorver a energia solar, como a cana e as gramíneas.

Então, a biodiversidade aumenta a competitividade da agricultura brasileira e é nosso diferencial em relação a outros países que requerem vultosos subsídios para a manutenção da competitividade de suas agriculturas. Nós, todavia, não precisamos de tamanho subsídio, dada nossa biodiversidade.

O BNDES já está catalogando boas práticas para aumentar a produtividade e evitar o risco ambiental, tornando mais sustentável a produção. Mas a reserva legal também tem esse papel. Então, para contrabalançar um pouco a crítica de que a reserva legal só traz custos, ela também gera benefícios importantes para agropecuária e para competitividade.

Existem diversas ações na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), inclusive a da Floresta Energética. E há debates com o BNDES sobre a possibilidade de se criar polos de bioindústria. Na Amazônia, por exemplo, o seu enorme valor, deve-se, sobretudo, a riqueza da biodiversidade. Há todo um mercado de produtos naturais, sendo alguns de aplicação muito forte, como o de algumas empresas do setor de cosmético, fitoterápico e madeireiro.

O Brasil é campeão de produtividade, mas nós temos uma agricultura e uma pecuária degradadoras, desprovidas de técnica e de orientação. Terras são atingidas pela desertificação advinda do mau uso do solo. É preciso discutir a sustentabilidade do solo, e não apenas a área que será plantada. Na Europa e Estados Unidos, por exemplo, há programas e projetos de financiamento

da reincorporação de terras degradadas pelo processo produtivo. É preciso abordar essas questões em nosso país.

Assim, a legislação precisa ser revista dentro dos critérios da sustentabilidade. Precisa-se de critérios para o licenciamento da propriedade rural, caso contrário, o Brasil ficará estagnado.

CAPÍTULO 4 – O NOVO CÓDIGO FLORESTAL E O PRINCÍPIO DE RETROCESSO AMBIENTAL: DESAFIOS PARA A MANUTENÇÃO DE UM PRINCÍPIO DE REPARAÇÃO INTEGRAL

O novo código florestal tem condições de exercer influência expressiva sobre as funções do sistema de responsabilidade civil ambiental no Brasil. O modelo que hoje se encontra baseado em uma combinação entre as funções de prevenção, precaução e de reparação, e em uma combinação de instrumentos civis, penais e administrativos (conforme art. 225, parágrafo 3, da CRFB) pode ser fragilizado e ter severamente diminuída sua capacidade de proteger os bens essenciais para o desenvolvimento da vida.

O texto aprovado parcialmente, e que deu origem à Lei 12.651/2012, com a redação que lhe foi também atribuída pela MP 571/2012, revogou o Código Florestal Brasileiro (Lei 4.771/1965) e reforçou um cenário de transformações legislativas que colocam o Direito Ambiental brasileiro em um novo, e indesejável de défices de proteção, oriundos do contexto de retrocessos normativos e institucionais em curso.

Embora o texto revogado houvesse criado normas capazes de regular a proteção de espaços naturais com importante função biológica na manutenção de biomas como a Floresta Amazônica, o Cerrado e o Pantanal Matogrossense, as transformações realizadas pela lei e pela medida provisória publicadas no dia 25 de maio atingiram diretamente a definição de um princípio de reparação integral dos danos ambientais.

Os doze vetos veiculados pela presidente da república não foram capazes de permitir que o texto do assim denominado novo código florestal

brasileiro continuasse a colaborar com a proteção de funções ecológicas de espaços e de recursos naturais e, principalmente, com a garantia de viabilidade da vida, por meio da proteção de processos ecológicos essenciais, conforme se pode ver no capítulo 1 desta pesquisa acadêmica.

Se o texto do revogado código florestal veiculava regras capazes de enfatizar a proteção de diversos elementos naturais perante ameaças e prejuízos a sua integridade, um cenário que reduza ou elimine semelhante nível de proteção propõe uma realidade que favorece uma indesejável dimensão reparatória. A prioridade sugerida pelo novo texto para a reparação de danos (de elevada probabilidade em decorrência da deficiência de proteção para os espaços e bens naturais) compromete, desse modo, a perspectiva de subsidiariedade que foi desenvolvida até então, para função de reparação no âmbito do princípio da reparação integral.

Através de dados e pesquisas realizadas por expressivas instituições brasileiras (IBGE, INPE, IBAMA E IPEA), foi perceptível o retrocesso à proteção ambiental ocasionada pelo advento da nova Lei. Pode-se dizer que a Lei 12.651/2012 comprometeu severamente a viabilidade de se oferecer proteção normativa a cada um daqueles bens e espaços naturais que antes eram resguardados pelo antigo código florestal. Este cenário sugere como prognóstico uma grave distorção que poderá se fixar no sistema de responsabilidade civil ambiental, que se não privilegiar a dimensão reparatória, será ele a alternativa disponível para se obter a prevenção ou a precaução contra cenários nocivos à biodiversidade.

Se o Estado de direito é um Estado que precisa, em primeiro lugar, proteger as pessoas, e melhor protege-las perante as ameaças e transformações socioeconômicas que se apresentem, não se concebe nesse momento, um projeto político comprometido com o desenvolvimento da humanidade, que elimine as bases essenciais para o desenvolvimento da vida, e de todas as formas de vida.

Assim os sistemas de proteção dos direitos humanos convergem na proteção indivisível dos direitos do homem e do meio ambiente, e assim também

se encontra organizada a proteção do meio ambiente pela Constituição em seu art. 225, caput, parágrafo 1, inciso I e VII.

Um Código Florestal que não consegue demonstrar sua capacidade de proteger as pessoas e os processos ecológicos essenciais para que a vida possa se desenvolver, e que não consegue veicular uma relação de indivisibilidade entre as liberdades econômicas e a conservação dos recursos naturais, propõe de forma ostensiva, que os recursos naturais não poderão ser explorados de forma duradoura.

Se o parlamento propõe normas que não consegue proteger as pessoas, as florestas, e o exercício das atividades econômicas, estas normas seguramente não tem condições de viabilizar nenhum modelo viável e factível de desenvolvimento, que neste momento, exige a consolidação de um sentido de durabilidade e de permanência, combinado com a garantia de qualidade de vida e bem-estar coletivos.

O novo Código Florestal também gerou enormes polêmicas. A implementação do projeto quase foi suspensa, visto que o Supremo Tribunal Federal (STF) poderia reconhecer a inconstitucionalidade de diversos artigos da lei, conforme pedido apresentado pela Procuradoria Geral da República (PGR).

A PGR havia protocolado três ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) por considerar inconstitucionais os dispositivos que flexibilizam regras para áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal, além de normas que visam à regularização de áreas desmatadas ilegalmente.

O Ministério Público Federal propôs três ações diretas de inconstitucionalidade contra o novo Código Florestal visando, primeiro, suspender liminarmente e depois, retirar do texto da nova lei 23 artigos.

O novo Código Florestal surgiu, a princípio, como uma tentativa de conciliação, onde cada parte envolvida, agronegócio e o meio ambiente deveria ceder um pouco. Entretanto, nenhum dos setores envolvidos na discussão se deu por plenamente satisfeito com o resultado e isto só indica o equilíbrio não conquistado.

O setor produtivo alega ter saído prejudicado, pois milhões de hectares atualmente produtivos deverão ser abandonados nas margens dos rios, no entorno das nascentes, dos lagos e em outras áreas tidas como de preservação permanente. O instituto da reserva legal continuará obrigando os produtores a não utilizarem todas as áreas possíveis do imóvel para a produção de alimentos, fibra e energia, que geram seu sustento, mas a abandonar parte desta área pelo bem da humanidade, sendo que o custo será do particular.

Por outro lado, ambientalistas também dizem não ter gostado do resultado, afinal, parte dos desmatamentos realizados não precisarão ser recuperados, a proteção no entorno das nascentes e nas margens dos rios foi diminuída para aqueles que já as utilizavam. A água é o recurso natural mais precioso e necessário para a humanidade, deve ser protegida. Na lei anterior, além das APPs as áreas rurais deveriam ter a reserva legal, agora, com a possibilidade de soma-las para atingir o percentual exigido, vai haver diminuição de áreas a serem recuperadas.

Apesar de tudo, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) afasta qualquer temor de que o novo Código Florestal pudesse anistiar proprietários rurais que desmataram áreas de preservação permanente, reserva legal ou áreas de uso restrito. Esta é a avaliação do procurador chefe nacional do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e integrante da Advocacia-Geral da União (AGU), Henrique Varejão de Andrade.

"A decisão do STJ não contradiz a lógica que foi concebida pelos diversos setores que construíram o novo Código Florestal", disse. Segundo Varejão, esta lógica prevê que as autuações aplicadas até 2008, quando foi publicado o decreto anterior à atual legislação, podem ser convertidas em serviços de melhoria de proteção e conservação ambiental.

A Segunda Turma do STJ, em julgamento do ano passado, decidiu que multas aplicadas a proprietários rurais que desrespeitaram o Código Florestal de 1965 não são automaticamente anuladas com a nova lei, de 2012. Os ministros entenderam que a multa aplicada não é anistiada, e sim revertida em outras obrigações administrativas que precisam ser cumpridas pelo proprietário. Entre elas, a inscrição

CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste trabalho compreende a análise dos prejuízos trazidos pelo Novo Código Florestal ao meio ecológico no intuito de fazer com que as pessoas percebam que as normas ambientais devem evoluir no sentido de proporcionar maior proteção ao meio ambiente, evitando a ocorrência de lesões irreparáveis. Em virtude da grande preocupação atual, advinda dos governantes e cidadãos, com os aspectos ambientais e a defesa e sustentabilidade do meio ambiente, surge o interesse na verificação dos meios normativos de proteção ao meio ambiente, tendo em vista a dificuldade em compatibilizar a rentável produtividade, seja industrial ou agropecuária e os escassos recursos naturais. De tal maneira, entende-se que a legislação atual existente para a prevenção e reparação (Lei nº 12.651/12), apesar de colaborar, possa estar sendo prejudicial à preservação ambiental, gerando o aumento da degradação ecológica podendo não estar punindo adequadamente delitos cometidos ao meio ambiente, favorecendo a produtividade em detrimento da natureza.

Portanto, sobretudo no que diz respeito às imunidades à fiscalização e às anistias de multas feitas pelo Estado, diante da ocorrência de violações altamente lesivas ao meio ambiente, conforme foi implantado pelo Novo Código Florestal, caracteriza-se como um retrocesso no Direito Ambiental, faltando normas rígidas e atuantes que demonstrem e ensinem aos cidadãos o correto valor de um meio ambiente preservado, equilibrado e saudável.

Esta prevalência em proteger os agricultores e empresários, dá-se margem a uma completa devastação de florestas, espécies nativas, áreas de preservação permanentes e espécies da fauna e da flora, as quais são completamente essenciais à vida humana e podem vir a não mais existir em um futuro não tão distante.

Neste aspecto, cabe destacar o estudo da Responsabilidade Civil e do Dever de Indenizar imputados a todos que cometerem infrações ao meio ambiente, o princípio do desenvolvimento sustentável, princípio do ambiente ecologicamente equilibrado, princípio da exigibilidade do estudo prévio de impacto ambiental, as diversas formas de reparação do dano e sua quantificação, a teoria da desconsideração da

personalidade jurídica para que as empresas possam ser responsabilizadas por seus atos, entre outros.

Neste mister, cumpre salientar também que o desmatamento ilegal não pode ser justificado pela necessidade do Estado em aumentar a produção agropecuária, devendo este elaborar medidas sustentáveis dentro dos limites legais, buscando sempre a proteção ao meio ambiente.

Examinaram-se, de forma sucinta, outros fatores que condicionam a obrigação de indenizar o dano ambiental, analisando inclusive os excludentes da responsabilidade, caso fortuito e força maior,

Apesar do Novo Código Florestal (Lei 12.651/12) tratar-se de importante precedente na defesa do meio ambiente no direito brasileiro, verifica-se que, no entanto, houve um absoluto retrocesso quando em comparação com as normas de proteção do Código Florestal que foi revogado, havendo um claro estímulo a degradação ecológica em função das imunizações a fiscalização e anistia de multas aos desmatadores e agressores.

I. REFERÊNCIAS

- AGUIAR, R. A. R. *Direito do meio ambiente e participação popular*. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1998. 160 p.
- AHMED, Flávio e COUTINHO, Ronaldo. *Tutela Jurídica das áreas protegidas (Lei nº 9985/2000)*. Rio de Janeiro. Lúmen Juris, 2011
- ALVES, Kleber Ramos. *Uma visão geral das unidades de conservação no Brasil*. In: RAMOS, Adriana, CAPOBIANCO, João Paulo (org.). *Unidades de conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC)*. Documento do ISA nº 01, 1996. Disponível em: www.socioambiental.org_imagens/pdfs/10100.pdf. Acesso em 09/11/2006.
- ampl. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.
- ANTUNES, P. B. *Curso de direito ambiental: doutrina, legislação e jurisprudência*. Rio de Janeiro: Lumens Júris, 1994. 429 p.
- ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. 11º ed. Rio de Janeiro. Lúmen Júris, 2008.
- AZEVEDO, Maria Nazareth Farani. *A OMC e a Reforma Agrícola*. Brasília. Fundação Alexandre Gusmão. 2007
- BELTRÃO, Antônio F. G.. *Direito ambiental*. 3 ed., rev., atual. e ampl. São Paulo:
- BENJAMIN, Antonio Herman. *Crimes contra o meio ambiente: uma visão geral*. In: PASSOS DE FREITAS, Vladimir (org.) *Direito Ambiental em Evolução*, nº 2. Curitiba: Juruá, 2003
- BRASIL. *Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas*. Decreto 5.758, de 13 de junho de 2006, 2006.
- CADERNOS ASLEGIS. *Reflexões acerca do conceito de espaços territoriais especialmente protegidos*. Brasília: v.8, n.28, p.63-82, jan. Abril. 2006
- CRISTOFOLETTI, A. *Modelagem de sistemas ambientais*. São Paulo: Editora Edgard BlucherLtda., 1999. 236 p.
- DINIZ, M. H. *Norma constitucional e seus efeitos*. São Paulo: Saraiva, 1998. 178 p.

LAGO, A.; PÁDUA, J. A. *O que é ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1988. 188 p.

LEUZINGER, M. D. *Meio Ambiente: propriedade e repartição constitucional de competências*. Rio de Janeiro: Esplanada, 2002. 152 p.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Editora Malheiros, 2012.

MARQUES, B. F. *Direito Agrário Brasileiro*. Goiânia: AB Editora, 2001. 276 p.

MATEO, Ramón Martín. *Manual de derecho ambiental*. 3 ed. Navarra: Aranzadi, 2003. p. 63-78.

MAZZILI, Hugo Nigro. *A defesa dos Interesses Difusos em Juízo*. 11ª ed. São Paulo. Saraiva, 1999.

McCORMICK, J. *Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista*. Tradução: Marco Antônio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará, 1992. 224 p.

MILARÉ, E. *Direito do Ambiente*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. 1280 p.

MILARÉ, Édis. *Ação Civil Pública em Defesa do Meio Ambiente, do Patrimônio Cultural e dos Consumidores*. 6ª ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 1999.

MILARÉ, Édis. *Direito do Ambiente: a gestão ambiental em foco*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

MORAES, A. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 2000. 798 p.

ODUM, E. P. *Fundamentos de ecologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971. 172 p.

PEREIRA, F. P. *Espaços territoriais especialmente protegidos: conceitos e implicações jurídicas*. *Ambiente & Sociedade*, Campinas: v. XI, n. 1, p. 81-97, jan-jun. 2008

PEREIRA, P. F. *Conceito e implicações dos espaços territoriais especialmente protegidos no ordenamento ambiental*. 2006, 63 p., Brasília. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Sustentável e Direito Ambiental), Universidade de Brasília. (UnB-CDS).

RÁO, V. *Direito e a vida dos direitos*. São Paulo: Max Limonad, 1952. 781 p.

REI, Fernando, CIBIM, Juliana Cassano, ROSINA, Mônica Guise, NASSER, Salem Hikmat. *Direito e Desenvolvimento: uma abordagem sustentável*. São Paulo. Saraiva. 2013.

RIOS, Aurélio Virgílio Veiga. *O Direito e o desenvolvimento sustentável: curso de direito ambiental*. São Paulo: Peirópolis, 2005

SANTOS, Lirton Nogueira. *A Ação Civil Pública como Instrumento de Proteção Ambiental*. nº 6, 1º semestre. Revista da AMB, 1999.

SILVA, J. A. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982. 259 p.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 19ª ed. São Paulo. Malheiros, 2001.

SILVA, José Afonso da. *Direito Ambiental Constitucional*. São Paulo: Editora Malheiros, 2011.

SOARES, G. F. S. *A proteção internacional do meio ambiente*. Barueri, SP: Manoele, 2003. 204 p.

TRENNEPOHL, Terence. *Direito Ambiental*. 4ª ed. São Paulo. Podivm, 2009.

TRIGUEIRO, A. (Org.). *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. 368 p

VITTA, Eraldo Garcia. *O Meio Ambiente e a Ação Popular*. 3ª ed. São Paulo. Saraiva. 2000.

Fernandes, P. L. P. Análise das Principais Mudanças que a Lei Federal nº 12.651/12 (Novo Código Florestal) (...) trouxe ao Ordenamento Jurídico Ambiental [Ministério Público do Estado de Goiás] Goiânia; 2012 Disponível em: http://www.mpggo.mp.br/portal/system/resources/W1siZiZlsljWMTMvMDQvMDUvMTRfMjJfMDdfMTA5X2NvbnNpZGVyYWNvZXNfQ0FPTUFfbGVpX2ZlZC5fMTI2NTEuMTIucGRmIl1d/consideracoes%20CAOMA_lei%20fed.%2012651.12.pdf

Freitas, V. P. Há dificuldades na aplicação do Código Florestal; 2012 Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2012-nov-11/segunda-leitura-dificuldades-aplicacao-codigo-florestal>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112651.htm

Autor Desconhecido. Entendas as principais mudanças no novo código florestal; 2011 Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/12/entenda-principais-mudancas-no-novo-codigo-florestal.html>

Jornal do Brasil. Novo Código Florestal Brasileiro, avanços e retrocessos; 2014 Disponível em: <http://www.jb.com.br/ciencia-e-tecnologia/noticias/2014/04/24/novo-codigo-florestal-brasileiro-avancos-e-retrocessos/>